



ACADEMIA BRASILEIRA DE DEFESA

Pro Patria

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE 1964 E A DEFESA DA PÁTRIA

Apesar da retirada pelo Governo do 31 de Março do calendário comemorativo nacional, a lembrança do glorioso Movimento em defesa da Democracia, desencadeado pelo Povo Brasileiro em 1964, permanece mais viva do que nunca na sua memória.

31 de março de 1964 é a data histórica que marcou um “basta” contra os desmandos e a ausência de autoridade que o próprio Governo instalado patrocinava, com o propósito de levar o País ao caos e ao descontrole institucional.

Tal anarquia atendia à estratégia final que levaria à iminente instalação no País de um regime totalitário-sindicalista com inspiração bolchevista.

Instadas pela própria população, as Forças Armadas assumiram o comando das ações, atuando emergencialmente para restaurar a ordem, e, finalmente, dominar a subversão em todas as formas em que se manifestou.

Daí em diante, o controle do Estado foi definitivamente restabelecido e reorganizada a administração nacional, que alcançou um desenvolvimento sustentado com sucessivos recordes de crescimento econômico.

O tempo passou, muita coisa aconteceu nesses quarenta e sete anos, quase meio século, e o País recebeu, entre outros, um excepcional legado de infra-estrutura básica, adquirindo, desse modo, energia para garantir a continuidade do progresso econômico.

Infelizmente, uma parcela de inconformados ainda trabalha negativamente, tentando alcançar os mesmos objetivos retrógrados do passado.

Assim, nuvens negras voltam a pairar, ameaçadoramente, nos nossos horizontes.

Eles, hoje, atuam de forma diferente. Não, pela ameaça do terrorismo ou das guerrilhas e, sim, pela letra do manual “gramsciano” – passo a passo – com paciência e perseverança, procurando anestesiar a opinião pública por meio do favorecimento financeiro e da propaganda insidiosa.

Essa estratégia de “aparvalhamento” da Sociedade apresenta-se com as seguintes faces:

- Ocupação dos cargos públicos (e muitos privados), em todos os níveis, por militantes do partido do Governo;
- Suborno coletivo com dinheiro público, mormente, junto às populações menos favorecidas e sem acesso à informação de qualidade;
- Propaganda governista, por parcela da mídia mercenária, no rádio, nos jornais, na televisão e no cinema.
- Atuação no setor educacional pelo controle dos currículos e dos livros didáticos, incluindo, aqui, a sutil penetração nos estabelecimentos militares de ensino;
- Uma fraca oposição político-parlamentar, caracterizando a figura do “partido único”.

Todo esse aparato, dirigido pelo comando centralizado de uma minoria atuante, tem transformado o regime brasileiro em autêntica ditadura, travestida de democracia virtual.

Dentro desse quadro, as Forças Armadas, como Instituição não cooperável por tais manobras, passaram a ser alvos de irresponsáveis medidas que visam ao seu enfraquecimento ou eventual extinção/substituição. Não só pela prática de sistemática campanha que tenta aviltar a história militar brasileira, como pela gradativa e perigosa redução de sua capacidade operativa.

Com insuficientes orçamentos, protelação das decisões para renovação do material de defesa e constantes reduções do padrão salarial do pessoal militar, tentam atingir o moral e a vontade da Instituição.

É preciso que os neófitos entendam que só existe soberania se ela for respaldada por força de defesa competente, e que sem soberania não pode subsistir o Estado nacional.

No cenário internacional, temos tido freqüentes exemplos de imposição da vontade do mais forte sobre países de expressão militar limitada.

As negociações diplomáticas são desenvolvidas sob aparente igualdade de condições, onde, porém, impera o conhecido adágio, seguido pelos mais fortes: “Seja razoável! Faça como eu quero”.

O argumento final da diplomacia é sempre o da força militar.

Urge, portanto, que a atual Presidente contenha os arroubos dessa minoria incoseqüente, procurando anular-lhes as intenções mesquinhas, que poderão fazer recrudescer animosidades do passado, dificultando as legítimas ações governamentais e, até mesmo, comprometendo o equilíbrio institucional do País.

Por que não trabalharmos todos no sentido único de fazer crescer e desenvolver o Brasil no rumo de seu inexorável destino de grande nação?

O que querem, afinal, esses inconsoláveis perdedores?

Ivan Frota – Presidente.